

Cohapar e Emater discutem parcerias de trabalho

CURITIBA

No último dia 17, o chefe de gabinete e superintendente de Relações Institucionais da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), João Naime Neto, recebeu na sede da companhia a visita de Geraldo Pereira Lacerda, coordenador estadual de Habitação Rural na Emater. Em pauta, os projetos conjuntos entre os órgãos na construção de novas moradias rurais e a ampliação de parceria de trabalho no setor.

Através do Programa Nacional de Habitação Rura (PNHR), famílias de pequenos produtores rurais, além de outros públicos prioritários, como indígenas, quilombolas e pescadores artesanais, contam com subsídios do poder público para a construção de novas moradias.

Para serem selecionados, os agricultores precisam possuir renda familiar bruta anual máxima de R\$ 17 mil. Ao serem contemplados, eles pagam apenas quatro anos parcelas de R\$ 342 pelos imóveis, sendo o restante do valor, de R\$ 34,2 mil, coberto pelos recursos do poder público.

BALANÇO - No Paraná, mais 13 mil famílias residentes em áreas rurais



Integração entre os órgãos estaduais para agricultores familiares e trabalhadores do campo

de todas as regiões do estado foram contempladas pelo programa desde 2011. Recentemente, o Governo do Paraná, através do trabalho integrado da Cohapar com Secretaria da Agricultura e Abastecimento e a Emater, protocolaram projetos para construção de mais 11 mil unidades do PNHR, que aguardam a liberação de recursos do Ministério das Cidades. "O PNHR é um projeto de muito importante para os agricultores familiares, que passam a ter melhores condições de moradia e se sentem estimulados a permanecerem no campo", destaca Naime

Neto. "Com o apoio da Emater e SEAB, estamos conseguindo cumprir a determinação do governador Beto Richa e do presidente da companhia, Abelardo Lupion, de proporcionar condições dignas aos moradores do campo", conclui o superintendente.

Os órgãos estaduais trabalham de forma conjunta ao Governo Federal, por meio do Banco do Brasil e CAIXA, e prefeituras. As ações envolvem a orientação, seleção e acompanhamento social das famílias, projetos construtivos, assessoria técnica e monitoramento das obras, entre outras. (Da assessoria)

TCU é contra prorrogação dos contratos de pedágio nas rodovias do Paraná

CURITIBA

O TCU (Tribunal de Contas da União) está iniciando ações para que não sejam prorrogados os contratos de concessão de pedágio nas rodovias federais do Paraná, que vencerem em 2021. A informação foi prestada no último dia 18 ao presidente do TCE-PR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná), conselheiro Durval Amaral, pelo ministro Vital do Rêgo Filho, que é o responsável pela unidade do TCU no Paraná, a SECEX/PR (Secretaria de Controle Externo).

No encontro ocorrido em Curitiba, Vital do Rêgo destacou o trabalho que já foi realizado pelo TCE-PR nessa área, com auditorias em duas concessionárias, que apontaram valor excessivo da tarifa de pedágio. Durval informou ao ministro do TCU que a questão do pedágio seria objeto de análise da corte de contas paranaense no próximo ano, já que em

2017 as ações principais estão voltadas às áreas do sistema prisional e do ensino superior; e à fiscalização in loco em 100 municípios paranaenses.

"A União deve entrar com processo para que os atuais contratos de pedágio das rodovias, que se encerram em quatro anos, sejam concluídos, propondo refaz-los. O atual custo das tarifas é muito elevado e prejudica a economia paranaense; especialmente, os produtores agrícolas", afirmou Vital do Rêgo. O conselheiro Durval disse que havia a expectativa de que, ao fim dos contratos, o anel rodoviário teria sido totalmente duplicado; e isso não deve acontecer.

Segundo Vital do Rêgo, o TCU quer evitar a prorrogação antecipada dos contratos de concessão, para que em 2021 sejam realizadas novas licitações, com base na experiência acumulada nos 20 anos de atuação das atuais concessionárias do sistema

rodoviário. "Temos informações do setor produtivo de que a soja que é transportada do norte do país, por algumas rotas, acaba chegando ao porto com menor custo do que a que vem do Oeste do Paraná, em função do custo do pedágio", acrescentou João Manoel da Silva Dionísio, coordenador da SECEX-PR, que acompanhou a visita do ministro.

INTERCÂMBIO - O ministro do TCU, que veio a Curitiba para avaliar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela SECEX, destacou a importância da integração com o TCE-PR, pela proximidade que o órgão tem com os gestores municipais. Esses gestores também recebem recursos federais que precisam ser fiscalizados via Brasília.

"Os TCEs têm a capilaridade que não possuímos e podem nos auxiliar tanto na fiscalização da aplicação dos recursos quanto no treinamento de prefeitos", acrescentou. (Da assessoria)

Promoção

Poupança Premiada

Faça sua poupança no Sicredi e concorra.

R\$ 1,5 milhão em prêmios.

10 sorteios de **R\$ 2 mil** por semana

1 sorteio de **R\$ 50 mil** por mês

Grande Prêmio Final de **Meio Milhão**

Quer realizar seus sonhos? **Vamos fazer juntos. Faça uma Poupança Programada e ganhe números da sorte em dobro!**



quandoveganhou.com.br



*Para ter direito ao número de sorteio é obrigatório que a programação seja feita durante o período da campanha. Todos os modalidades de sorteio emitido pela Sicredi Capitalização S/A, CNPJ nº 14.201770-0/001-73. Processo SUSEP nº 14/04.300630-2/16-10. A programação deste título pela SUSEP não implica, por parte da Autoridade, incentivo ou recomendação à sua aquisição, representando, exclusivamente, sua adequação às normas em vigor. Serviço de Informação ao Cliente: SUSEP (0800 021 1100). (Atas 2016, das SP08 de 17/1) www.sicredi.com.br. Ouvidoria: Saco, Seguros: 0800 200 0200. Proteção: Saco, Seguro: 0800 200 0200. Para os associados da Sicredi Sicredi PR, Sicredi Controlada nos termos completos do regulamento de concessões de concessões em unidades de atendimento participantes. Imagens meramente ilustrativas. SAC Sicredi - 0800 124 1220 / Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 124 0125. Ouvidoria Sicredi - 0800 646 2519.